

Sujeito mulher: diáspora e performatividade na reinvenção da representação

DAIANY FERREIRA DANTAS

Doutoranda em Comunicação/ PPGCOM-UFPE

Resumo

O presente trabalho analisa as possibilidades de afirmação de um sujeito mulher na construção de discursos para afirmação da alteridade das mulheres no contemporâneo - por meio da representação em textos e produtos culturais. Para isto, considera o comportamento diaspórico que emerge dos deslocamentos destas entre os espaços público e privado da sociedade e o impacto simbólico dos processos de hibridismo e performatividade que desenvolvem ao realizar este trânsito.

Palavras-chave

representação das mulheres, diáspora, gênero, subjetividade, performance.

A consciência da subjetividade e a expressão desta por meio da representação é parte do projeto da literatura de mulheres desde sua origem, bem como da produção cultural desenvolvida por estas. A dificuldade de dizer 'eu', de assumir tacitamente o protagonismo e o propósito de identificação subjetiva dentro da construção do texto, é o reflexo da limitação política vivida por mulheres, em sua trajetória humana demarcada historicamente pela iniquidade.

Woolf (1985), no início do século XX, debatia as condições em que as mulheres escreviam ficção na época, ressaltando a necessidade de um espaço físico - um teto - e de independência financeira para a concretização da escrita e das pretensões acadêmicas destas. Para tanto, parte da própria experiência, do sentimento de deslocamento sentido no esforço em partilhar de um espaço masculinizado - no qual as *fellowships*, bolsas de apoio à pesquisa, eram destinadas a homens, bem como era pautada numa tradição marcadamente patriarcal a divisão do espaço público de grandes universidades como Oxford, com suas confrarias e clãs setorizados. Ao apontar o tráfego daquelas que transitavam entre as fronteiras do privado e do público para estar naqueles espaços privilegiados, atravessando fronteiras físicas e simbólicas, enunciava um comportamento diaspórico na direção da formação, partilha e construção do conhecimento.

Num percurso por vezes não-linear, ao longo das décadas que sucederam o debate proposto por Woolf, a produção de cultura e de conhecimento pelas mulheres

vem se tornando mais e mais complexa. No contemporâneo, a diáspora deste trânsito entre uma identidade reificada no mundo privado e a inserção das mulheres na vida pública, se fragmenta ao refletir o escopo das divisões impostas pelas dissidências ao etnocentrismo e eurocentrismo. A constituição subjetiva destas mulheres já não ocupa posições neutras em relação aos seus lugares de raça, classe e gênero. Já não falamos mais de um pequeno grupo caucasiano e de origem nobre, mas de diversos grupos, provenientes de diferentes rincões do planeta, das mulheres em sua condição plural. Para compreendê-la, devemos analisar as reconfigurações do sujeito mulher diante das transformações ontológicas da categoria gênero.

Gênero: categoria social e ontológica

Debater a produção comum a uma categoria “mulheres” é uma escolha que requer uma justificativa efetivamente mais contundente que a semelhança biológica – já que é esta noção de oposição dos sexos que sustenta os discursos de desigualdade de gênero.

Defender a especificidade da produção de determinada categoria social evoca a demanda de que se ateste a homogeneidade – nem sempre aparente nem sempre efetiva – do conjunto escolhido. Uma tarefa conflituosa, por ser desempenhada no inevitável atrito das contradições presentes dentro das questões que suscitam este tipo de estudo.

Há como se cogitar a existência de uma literatura de mulheres ou de uma produção cultural comum a estas? Esta questão aponta para algumas hipóteses positivas ou negativas, pela impossibilidade de se precisar respostas definitivas e pelo compromisso em fugir das interpretações pautadas no imediato e no aparente, tentaremos refletir acerca da teoria desenvolvida pelos estudos de gênero e pelo debate em torno da expressão da identidade na investigação desse problema.

Em vez de aceitar a assunção de um sujeito-mulher uniforme e uma representação oficial de gênero, remeter ao vasto referencial teórico da crítica feminista requer o desafio de realizar um resgate epistemológico que situe historicamente os desdobramentos e vertentes existentes neste campo. Há um extenso debate que permeia o interior das teorias feministas, que divide segmentos. De um lado, há a reivindicação de uma releitura da produção cultural pela ótica das mulheres, de outro, correntes apontam a existência de critérios comuns a toda uma leva de produção cultural, independente do gênero (CAMERON, 1998, p. 9), o que impossibilitaria a defesa de tal especificidade.

A produção cultural das mulheres precisa ser analisada com o cuidado de evitar recair na pergunta obsessiva de como identificar a singularidade da identidade feminina na superfície de seus textos. Concepção que deriva, na maioria das vezes, da compreensão limitada de diferença fundada na biologia, que fragiliza todo o esforço empreendido em se romper com a visão determinista das desigualdades de gênero construídas nos campos político e simbólico da sociedade.

A idéia de “especificidade feminina” foi uma tendência inaugurada pelos estudos feministas radicais dos anos 70, que, após a consolidação dos estudos de gênero na década anterior, tentavam afirmar-se numa postura acirrada de antagonismo cultural (NICHOLSON, 2000).

Sem dúvida, um movimento importante de seu tempo, que possibilitou, em campos como os da história da arte e na teoria literária, o resgate, a reconstituição e a visibilidade das obras produzidas por mulheres, desfazendo silêncios constrangedores e negligências nada casuais. Como descreve Joan Scott:

[...] em algum momento entre a metade e o final da década de 70, a história das mulheres [...] ampliou seu campo de questionamentos, documentando todos os aspectos políticos da vida das mulheres no passado, e dessa forma adquiriu uma energia própria. O acúmulo de monografias e artigos, o surgimento de controvérsias internas e o avanço de diálogos interpretativos, e ainda, a emergência de autoridades intelectuais reconhecidas foram os indicadores familiares de um novo campo de estudo (SCOTT, 1992, p. 64).

Na época, buscava-se situar um sujeito mulher unívoco como agente transformador da história e da cultura, no resgate dos relatos não-oficiais e na contraposição deliberada às práticas normatizadoras da hegemonia masculina.

No entanto, essa interpretação – antagônica porque relacional – do gênero lançada pelo feminismo radical, traria novos incômodos e tensões na própria crítica. Afirmar um feminino oposto ao masculino é resvalar para a redutora e essencialista noção de que a identidade sexual é designada pelo sexo biológico, o que traz em seu lastro uma série de arcaísmos a respeito de uma ordem social calcada na generalização das características correspondentes ao sexo - responsável pela divisão do mundo entre as esferas pública e privada - o que demarcaria papéis e valores, naturalizando as funções compatíveis com os sexos e tornando-as destino.

Tal concepção, adotada sobretudo pela tendência que algumas autoras chamam de feminismo cultural (ALCOFF, 1988; BORDO, 1997), foi taxada de “essencialista” por ancorar-se numa identidade de gênero determinista. Nascer homem ou mulher selaria o destino individual em duas possibilidades essenciais: feminina ou masculina, ambas atemporais e irreversíveis. E inscrever o paradigma do gênero sobre a visão naturalista das relações entre os sexos ocasionaria a exaltação da herança biológica, preservando velhas formas patriarcais: a mãe, a protetora, a

intuitiva, o que consolidaria os estereótipos que este conceito deveria necessariamente borrar.

Nicholson (2000) traduz o feminismo cultural no conceito de “fundacionalismo biológico”:

[...] Assim, o conceito de “gênero” foi introduzido para suplementar o de “sexo”, não para substituí-lo. Mas do que isso, não só o “gênero” não era visto como substituto de “sexo” como também “sexo” parecia essencial à elaboração do próprio conceito de “gênero” [...] o sexo ainda mantinha um papel importante: o de provedor do lugar onde o “gênero” seria supostamente construído. (NICHOLSON, 2000, p. 11).

Ela ilustra esse argumento em duas metáforas: o porta-casacos e o colar de contas. Na primeira, descreve o corpo biológico como cabide no qual são jogados os artefatos culturais, já a segunda representa a tentativa unificante de canalizar em “gênero” uma categoria universal, como um colar onde as contas têm de ser necessariamente vistas de maneira uniforme, negando a diferença existente entre as mulheres e as singularidades determinadas em razão dos componentes geopolítico, de raça, etnia, geração e classe.

A crítica feminista contemporânea já admite essas discrepâncias e busca acompanhar os deslocamentos externos e considerar os “nós” internos. Para, em vez de catalisar um pensamento “monocorde”, reconhecer a existência da polifonia. E em vez de situar o gênero na posição antagônica, tentar mapear o seu desdobramento plural.

Ao tratar da representação das mulheres, tentar contemplar um sujeito “com biografia corpo e história”ⁱ (RICHARD, 2000, p.48), que nos possibilite reconhecer em seus textos - aqui entendidos como produtos culturais – as pulsões do entorno onde emergem.

Não se pode prejudicar que os textos das mulheres na cultura de massas sejam naturalmente investidos de um sentido capaz de desconstruir uma rede tão rígida de códigos cristalizados. Nem acreditar que todas, em seus distintos desempenhos e de seus distintos lugares, possam somar-se e articular-se numa mesma e contestatória corrente. Esse é o problema da visão totalizante que advém do iluminismo, cuja utopia de um sujeito ascendente por meio da evolução histórica colide com o obscurecimento e o silêncio das diferenças sociais presentes na fragmentação dos próprios sujeitos que almejava redimir.

Spivak descreve essa relação com a história:

A História, mais que um significante transcendental para o peso da autoridade [ou de uma explicação do autoritarismo] é uma catacrese, um metáfora sem referente literal. A posição do sujeito-construtor é definida pelo distanciamento e pela diferenciação (mais que pela remoção de) uma narrativa dominante da história. (SPIVAK, 1999, p. 331, tradução nossa).ⁱⁱ

Desvestir os estudos feministas da lógica das grandes narrativas escritas sob a égide da História oficial – cujo referente permanece orientado pelos interesses de uma minoria privilegiada – não significa abdicar de um projeto político para as mulheres, mas reconhecer o autoritarismo de uma teoria que não reconhece e negligencia as diferenças entre elas.

As mulheres não são meros instrumentos políticos a emprestar a voz a um sujeito comum, elas têm suas histórias pessoais, seus devires e lugares no contexto em que desenvolvem seu trabalho. É preciso abandonar a fixidez na qual as leituras de representações costumam fincar suas bandeiras e enveredar pelas múltiplas veredas percorridas pelo sujeito, como afirma Nelly Richard:

Parece que apenas uma teoria da escritura aberta à pluralidade heterogênea do sentido como resultado de uma multiplicidade de códigos (sexuais, mas também políticos e sociais, ideológico-literários, etc), entrecruzados na superfície do objeto semiotizado, é capaz de pôr em ação uma leitura destotalizadora, e por fim, de mobilizar o feminino como pivô contra-hegemônico dos discursos de autoridade. (RICHARD,1990, p. 51, tradução nossa)ⁱⁱⁱ.

As mulheres, na produção cultural, não constituem necessariamente um grupo homogêneo, tampouco sua identidade enquanto sujeitos reside na semelhança cromossômica. Ao mesmo tempo, não se pode presumir existência de uma produção tipicamente feminina e naturalmente divergente, em conteúdo e ideologia, da hegemônica masculina.

Para tanto, só a desconstrução da estrutura binária de representação permitirá a compreensão das diferenças sociais e construídas do gênero. O prisma sob o qual o sujeito de gênero vem sendo refletido precisa ser deslocado da verdade óbvia, para projetar as reais especificidades e suas contradições, obtendo respostas que não venham tingidas do fracasso da impossibilidade de coalizão nem difusas pela névoa espessa da euforia utópica. Há um sujeito mulher possível para a crítica contemporânea, oculto no hibridismo decorrente do deslocamento diaspórico e da subversão de suas representações.

Os Sujeitos possíveis: representação e subalternidade

Das sucessivas transgressões da crítica feminista que mobilizaram as teorias em função de uma estratégia de subversão deriva o descentramento do sujeito, um comportamento diaspórico de ruptura com velhos paradigmas e dispersão frente a um prospecto intangível de unificação.

Hall (1997, p. 14) descreve tal diáspora como o rompimento com a “confortadora narrativa do eu” no projeto moderno, ou seja, o fim das continuidades

no curso da política e das ciências humanas, que em vez de apontar para uma solução ascendente, registra um panorama de desagregação, rupturas. Ele enxerga, no contemporâneo, a fragmentação das alteridades e o deslocamento das identidades de suas estruturas, nos processos de resistência que insurgem dos discursos globalizantes, ocasionando uma descontinuidade.

Um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade [...] essa perda de um 'sentido de si' é chamada de deslocamento ou descentramento do sujeito. Esse duplo deslocamento – descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmo – constitui uma 'crise de identidade' para o indivíduo. (HALL, 1997, p.9).

A teoria pós-colonial desloca o sujeito uno e surgido do iluminismo para as margens. Numa efusão de leituras e pluralidade dos discursos, as trocas simbólicas – tomando como empréstimo o termo de Bourdieu (2002) - entre opressor e oprimido não podem mais ser interpretadas como uma relação necessariamente assimétrica na qual o conteúdo hegemônico apenas circula de cima para baixo. O dominado, sabe-se, tem voz, ainda que ela ecoe das margens, há uma permeabilidade no campo cultural em que as fronteiras tornam-se, também, um campo para a circulação de idéias. Para as mulheres artistas, esta diáspora pode ser compreendida como o seu movimento de migração para o mundo público.

Ingressando nas vias do trabalho e atuando como produtoras no campo da cultura, podiam lançar seus próprios discursos, ampliando representações e auto-representações, mas tendo que lidar com o conflito de uma divisão sexual, numa ordem que muitas vezes impõe sanções comportamentais e a censura de pensamento para a convivência e sobrevivência no meio (BOURDIEU, 2002, p. 60).

Portanto, o desempenho das mulheres na produção cultural é marcado pela ambivalência de uma postura comprometida com a reprodução de um conteúdo normativo e uma identidade fragmentada de gênero – histórica, geográfica, étnica e social - na composição de um sujeito híbrido que surge dos resíduos da diferença cultural.

Sendo assim, como situar esse sujeito? Como abandonar o campo familiar das polaridades construídas? Como romper com a idéia de que as relações se estabelecem necessariamente de cima para baixo na assimetria entre opressor e oprimido da dominação hegemônica? “Como devemos pensar as identidades inscritas nas relações de poder, construídas pela diferença e disjuntura?” (HALL, 2003, p. 28).

Para começar, compreendendo que não estamos falando de uma negação das reminiscências do passado da crítica, menos ainda nos precipitando rumo a uma

perspectiva vaga e delirante de futuro utópico onde as diferenças irão orquestrar a subversão de subjetividades “outras” em fronteiras imaginadas.

Ao contrário, para entendermos o entrelugar (BHABHA, 1998) – esse campo teórico e político, esse momento no tempo e no espaço onde se conectam o sujeito híbrido e seu oponente dialógico hegemônico – é preciso observar a historicidade das transformações presentes no contemporâneo, percorrendo as margens das velhas representações oficiais.

Deslocar e Subverter: hibridismo e performatividade

Na teoria feminista, Butler (2003) resume esse movimento de deslocamento ao repensar a epistemologia dos estudos feministas. Tendo o gênero como elemento normatizador das ficções que delimitam a identidade sexual. Seu pensamento pode ser relacionado à teoria crítica pós-colonial, no momento em que também identifica a ruptura das práticas regulares pela subversão possível pela transgressão de suas próprias convenções.

Ela problematiza a esfera das construções simbólicas onde se estabeleceria a coerência da distinção de gênero, interpretando que esta categoria é um “conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida (Idem, p.59)” e só uma representação pautada na heterogeneidade sexual representaria a fuga efetiva do destino biológico, nos seus aspectos político e simbólico.

O gênero estaria regulado por pulsões externas (constantes normativas sociais) e internas (identidades fragmentadas). Na possibilidade que está além do sujeito viável dessa coerência possível e imposta encontra-se a subversão capaz de o ressignificar:

“Interno” e “externo” constituem uma distinção binária que estabiliza e consolida o sujeito coerente. [...] Quando esse sujeito é questionado, o significado e a necessidade dos termos ficam sujeitos a um deslocamento (BUTLER, 2003, p.192).

Bhabha (1998, p. 246), por sua vez, também fala de um sujeito fora da sentença, um lugar entre sujeito e objeto, que reivindica a sua identidade desde uma postura de marginalidade ou numa tentativa de migrar para o centro, numa fuga possível para o rompimento com a fixidez dos estereótipos.

Ele atenta para a necessidade de fixar os tipos difundidos pela indústria da cultura por meio de índices reguladores de normas físicas, comportamentais e de desejo, atribuindo papéis, supostamente pertinentes na identificação de grupos sociais específicos.

O estereótipo transitará entre os limites da lei e do desejo, fixando denominações a um objeto oscilante entre a fobia e o fetiche. O autor deixa entrever que, ao fixar-se fronteiras, traduzindo as possibilidades sociais de raça, gênero e etnia em estigmas fetichistas e moralizantes, mapeiam-se as identidades essenciais das minorias, fixando-as nos limites de uma margem unificadora, moralista e atemporal.

Bhabha atribui esse elemento padronizante da cultura a um discurso pós-colonialista ocidental. Ancorando-se na teoria dos “orientalismos” proposta por Edward Said, do ocidente que espelha no oriente, o “outro” complementar, reduzido em suas diferenças, aponta a refração das minorias, percebidas por seus elementos reconhecidamente depreciativos ou atrativos exóticos, em função da hegemonia ocidental.

Um ocidente colonizador que concede identidades arbitrárias, fragmentando “alteridades” que mantêm o equilíbrio na existência dos resíduos que escoam nos desvãos da diferença.

Aquela “alteridade” que é ao mesmo tempo objeto de desejo e escárnio, uma articulação da diferença contida dentro da fantasia da origem e da identidade. O que essa leitura revela são as fronteiras do discurso colonial, permitindo uma transgressão desses limites a partir do espaço daquela alteridade. [...] Essa articulação torna-se crucial se considerarmos que o corpo está simultaneamente (mesmo que de modo conflituoso) inscrito tanto na economia do prazer e do desejo como na economia do discurso. (BHABHA, 1998, p. 106-107).

A visibilidade desse sujeito “outro” que migra do seu círculo privado e rompe com os elementos de ordem para dialogar a termo no território do discurso dominante é a sua alteridade.

Para as mulheres, objetivadas pelos estereótipos das representações da cultura de massas, migrarem para o protagonismo na produção cultural é um deslocamento que denuncia sua alteridade. Mais ainda se são provenientes de países em desenvolvimento, onde o estereótipo desce aos trópicos e se refaz num evidente mecanismo de tradução. A ambivalência de seus produtos deve ser observada como um fenômeno de hibridismo, visto que transitam nas divisas do hegemônico em contínuas negociações, decorrentes de sua condição social no espaço que ocupam. Isto as constitui como sujeitos híbridos, realizando as trocas contingentes de valores.

A constituição da alteridade no revés dos discursos hegemônicos, embora vista como totalizante por Butler (2003, p.33), é capaz de situar a mulher no campo das desigualdades históricas, mapeando sua contida potencialidade de expressão num universo que compreende razões de etnia, classe e gênero. E esta localização, este sentido de enunciação, evidencia a singularidade da voz subalterna que possibilita a compreensão devida das bases dessa representação.

Em sua tentativa de ampliar o conceito de identidades de gênero, Butler (2003) contrapõe duas imagens geradoras desse discurso. A de gênero como práticas reguladoras e a do gênero performativo.

Na primeira, denuncia o gênero como instrumento institucional e normativo, construído nas bases de uma hegemonia falocêntrica, numa “heterossexualização do desejo” (Idem, p.38), ou seja, fornecendo de forma impositiva as idéias de um masculino ou feminino universais, estabelecidas em coerência e continuidade com a repetição dos papéis possíveis e diferenciados distribuídos entre homens e mulheres, permitindo - ou coibindo – identidades possíveis.

Na segunda, as identidades seriam “efeitos” das práticas discursivas, produtos das “ficções reguladoras”, mas que teriam suas construções fantasiosas deslocadas pela dissidência de um sujeito performativo, que reinventa seu modo de inscrever-se na sociedade subvertendo as próprias normas que o regulam.

Butler retoma o problema contido no paradigma do fundacionalismo biológico e o reestrutura, numa proposta que confronta, de forma a desconstruir, o significado de uma identidade una de gênero, partindo para uma ressignificação política, reconhecendo uma leitura de permeabilidade dos corpos.

O corpo, na acepção de Butler, é um entrelugar. É o sistema de ressignificação onde um travestismo simbólico seria capaz de reinscrever o sujeito para além dos discursos monolíticos:

[...] atos, gestos e desejo produzem o efeito de um núcleo ou substância interna, mas o produzem na superfície do corpo, por meio do jogo de ausências significantes, que sugerem, mas nunca revelam, o princípio organizador da identidade como causa. Esses [...] são performativos no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos. (BUTLER, 2003, p. 134).

A performance evidenciaria que o gênero seria efeito e não causa ou origem, tendo, portanto, que ser repensado como uma categoria de representação política e simbólica. A reinscrição no corpo é vista como uma permeabilidade das fronteiras inteligíveis.

Performance: ambivalência e reinvenção

Butler (2003), que teve seu conceito de performatividade apropriado e difundido pelo movimento lésbico e pela teoria *queer* – vai muito além ao identificar no esgarçamento de fronteiras do heterocentrismo a construção de um “outro” ambivalente.

Há uma intersecção entre o seu discurso e o de Bhabha. Ao assumir que existem identidades outras, surgidas nas frestas dos discursos de coerência e normatização do sexo, gênero e desejo, ela admite a mesma ambivalência do sujeito que transcende os limites da fobia e do fetiche.

Na reconstrução dos corpos, o desejo que os permite existir é cerceado pela fobia fantasmática que os ronda e reprime. Entretanto, a persistência e a multiplicidade dessas identidades conflituosas “criam oportunidades críticas de expor os limites e os objetivos reguladores desse campo de inteligibilidade” (idem, p. 39).

Sobretudo no caso de mulheres que representam mulheres, que reinscrevem os signos de seus corpos e de sua história num contexto onde as possibilidades de criação trafegam pelas fronteiras dos estereótipos de gênero estão, assim, atuando na paisagem conflituosa do hibridismo e da performatividade.

Se, por um lado, elas estão atadas aos signos impostos numa hierarquia que diz respeito a uma matriz hegemônica da produção cultural, por outro, se defrontam com a possibilidade da desconstrução performativa, capaz de denunciar a ordem mantida e regulada para a perpetuação das representações possíveis por meio da repetição de sinais arbitrários dentro desse mesmo campo simbólico.

A transformação do gênero e a tradução das relações desiguais presentes na construção dessas identidades tornam-se uma possibilidade capaz de se materializar fora da lei e da sentença – ou seja, da sociedade e da representação – um movimento que interrompa essas constantes.

Nesse caso, cabe aplicar uma análise do conteúdo cultural que não apenas leve em conta a diferença de gênero ou caia na oportuna armadilha da “diferença pela diferença” (COSTA, 1995), mas uma leitura de identidade que, no mínimo, observe os movimentos dissidentes que trafegam nas divisas entre oprimidos e opressores, sem ignorar as muitas camadas de opressão – que estão no lugar, no corpo, na história, na voz e até mesmo no silêncio desses sujeitos fragmentados.

Observar as transformações de gênero nesse “entrelugar” não significa abdicar de qualquer materialidade na discussão política e perder-se na armadilha da pura abstração. Ao contrário, o entrelugar é material e político, e importante para que possamos compreender a contemporaneidade periférica, já que ele surge dos embates vividos nas margens dos cânones culturais (PRYSTHON, 2002).

As marcas de subjetividade estão presentes no discurso das mulheres que se inscrevem no campo da produção literária e cultural e estas declaram alteridades, estigmas, dissidências, levando-nos ao encontro dos seus sinais de arbitrariedade. Indo além do argumento de que as mulheres, apenas por o serem, integram um

conjunto político coeso, pontuam a diferença no interior da categoria mulheres, ao mesmo tempo em que reforçam a condição de desigualdade que estabelece a fronteira comum de suas diferenças.

Este é um movimento de hibridismo e deslocamento diásporico, visível, sobretudo na experiência performativa do corpo – ao esgarçar os limites do estereótipo e da imposição eurocêntrica e etnocêntrica das formas de representação fixas. A afirmação de diferentes lugares de fala, por meio da intervenção performática de construção de gênero, as mulheres se permitem ressignificar o conteúdo que as define e “agenciar” novas formas de representação.

A percepção desses movimentos de fronteira, que acabam por resultar na rearticulação do signo, se consuma numa análise panorâmica do contexto em que ocorrem as criações e dos referentes com os quais estas dialogam.

Referências bibliográficas

- ALCOFF, Linda. *Feminismo cultural versus pós-estruturalismo*. Revista Feminária. Ano II, Nº. 4 (nov.). Feminária: Buenos Aires, 1989.
- BHABHA, Homi. *O local da Cultura*. Trad: Myriam Ávila, Eliana Reis, Gláucia Gonçalves. Ed. UFMG: Belo Horizonte, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 2002.
- Bordo, Susan. *O corpo e a reprodução da feminidade: uma apropriação feminina de Foucault*. In: Jaggar, A; Bordo, S. Gênero, corpo e conhecimento. Rosa dos Ventos: Rio de Janeiro, 1997.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2003.
- CAMERON, Deborah. *The Feminist Critique of Language*. 2 ed. London and New York: Routledge, 1998.
- COSTA, Cláudia Lima. *Situando o sujeito do feminismo: o lugar da teoria, as margens e a teoria do lugar*. In Travessia, no. 29/30, UFSC: Santa Catarina, 1995.
- HALL, Stuart. *Identidades Culturais na pós-modernidade*. DP&A: Rio de Janeiro, 1997
- HALL, Stuart. *Da diáspora, Identidades e mediações culturais*. Org. Liv Sovik. Trad. Adelaine La Guardia Resende et all. UFMG: Rio de Janeiro, 2003.
- NICHOLSON, Linda. *Interpretando o gênero*. Estudos Feministas, V. 8, n.2, UFRS, 2000, p. 9-41.
- PRYSTHON, Ângela Freire. *Cosmopolitismos periféricos*. Bagaço: Recife, 2002.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: Burke, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. Unesp: São Paulo, 1992.

SPIVAK, Gayatri, S. *A Critique of Postcolonial Reason. Toward a History of the Vanishing Present*. Harvard University Press: London/Cambridge, MA, 1999.

WOOLF, Virgínia. *Um teto todo seu*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

ⁱ No original: “biografía, cuerpo y historia”.

ⁱⁱ No original: “History, rather than being a transcendental signifier for the weight of authority (or the authoritative explanation) is a catachresis, a metaphor that has no literal referent. Here the position of the architect-subject is defined by a distancing and differentiation from (rather than an effacement of) a dominant narrative of history”.

ⁱⁱⁱ Tradução nossa de: “Me parece que solo una teoría de la escritura abierta a heterogênea pluralidad del sentido como resultado de una multiplicidad de códigos (sexuales, pero también políticos y sociales, ideológico-literarios, etc) entrecruzados em la superficie del objecto semiotizado és capaz de poner em acción una lectura destotalizadora, y por ende, de movilizar lo femenino como pivote contraegemónico de los discursos de autoridad”.